CISION

Jornal de Notícias

ID: 30579209

13-06-2010 | Domingo

Tiragem: 121713
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 25,26 x 25,61 cm²
Corte: 1 de 3



# Costas voltadas ao rural

## Fecho de centros de saúde e escolas aumenta "emigração" para sedes concelhias

POR FERNANDO BASTO

Com o anúncio do encerramento de mais 900 escolas do 1.º Ciclo, voltaram as vozes críticas contra o progressivo empobrecimento e abandono das pequenas localidades do interior. Se, décadas atrás, o desenvolvimento desordenado do país empurrava as populações para o litoral, hoje são as sedes concelhias – mais bem equipadas – os grandes pólos de atracção. Combater a desertificação do mundo rural é tarefa que exige novas políticas de investimento. O turismo promete revitalizar as terras onde já só os velhos teimam em viver.

Miguel, 40 anos, casado, dois filhos. Vive numa aldeia de um concelho do distrito de Bragança. Diariamente, faz 25 quilómetros de viagem até à sede do concelho, onde trabalha. É ali que frequenta um ginásio, leva a família à piscina e ao cinema, faz compras no centro comercial e no hipermercado. Na aldeia, já só quase dorme. O anúncio do encerramento da escola do 1.º Ciclo frequentada pelos filhos foi a gota de água. "Já estou à procura de casa para viver na sede do concelho. Acabam-se as viagens diárias", desabafou.

A história não espanta Fernanda Cravidão, especialista em Geografia Humana e investigadora do Centro de Estudos Geográficos de Coimbra. Acredita que o encerramento de estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo – tal como tem acontecido com os centros de saúde – poderá ajudar a incrementar um fenómeno que há muito se regista a nível da regiões: o efeito de sucção que as sedes concelhias exercem sobre os pequenos povoados locais.

"Estou certa de que o Census 2011 vai mostrar muito bem uma rede de mais de 70% de concelhos problemáticos, com menos população. Neles, as cidades-sede mostram um aumento do número de habitantes, em detrimento das restantes localidades, que perdem população devido a um efeito de sucção", referiu.

—

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CISION

Jornal de Notícias

ID: 30579209

13-06-2010 | Domingo

Tiragem: 121713
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 2
Cores: Cor
Área: 26,34 x 29,42 cm²
Corte: 2 de 3

# Sedes dos concelhos são pólos centrípetos

**Combate** às assimetrias regionais necessita de nova política de investimentos, para além de apoios fiscais que evitem desertificação



**CONTINUADO** DA PÁGINA ANTERIOR

O fenómeno de atracção e concentração das cidades sedes de concelho, que progressivamente deixa aldeias e vilas votadas ao abandono, criando assimetrias a nível local, tem uma explicação para Fernanda Cravidão. "Hoje em dia, as sedes concelhias estão dotadas de bons equipamentos em termos de lazer e ocupação dos tempos livres. Por outro lado, é natural que os jovens, após a escolaridade básica, frequentem ali cursos profissionais ou instituições de Ensino Superior Politécnico. Aos poucos, a população vai sendo atraída para as sedes dos concelhos. Tudo somado faz com que o definhar progressivo do território se acentue", explicou.

Fernando Ruas, presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), confirma o retrato do interior rural. "As crianças estão a sair das aldeias para frequentar os centros escolares construídos nas sedes dos concelhos e os pais procuram casa nessas cidades, para evitar os transportes. A desertificação aumenta pela ausência dos professores e outros postos de trabalho. Hoje, fechar uma escola é fechar uma aldeia", sustentou.

Pedro Hespanha, doutorado em Sociologia e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, especialista em Sociologia Rural e Urbana e Políticas Sociais, reconhece o poder de atracção que as sedes concelhias têm sobre a população local. "Hoje em dia, as sedes dos concelhos têm mais equipamentos e serviços e estes, às vezes, são até de melhor qualidade do que os que existem nas grandes cidades".

Porto, Lisboa, Coimbra – já não atraem? "Aos jovens, se lhes derem trabalho localmente, eles não preferem ir para as grandes cidades. Hoje, não é como no tempo dos nossos avós, em que raramente se ia à grande cidade. Hoje há muito mais acesos, chega-se mais depressa a qualquer sítio", sublinhou.

Fernando Ruas realça o facto de este novo rumo da desertificação não ser tão grave como o que, décadas atrás, fez aumentar os centros urbanos do litoral. Contudo, o desequíbrio que agora se regista a nível concelhio, com a polarização das sedes, traz inúmeros inconvenientes. "As terras são abandonadas e aumenta o número de incêndios, há cada vez mais enxurradas, já não há quem cuide das terras", realçou.

Pedro Hespanha partilha a mesma visão. "As terras são abandonadas e depois vêm os incêndios florestais, as enxurradas... Os rurais foram sempre considerados guardiães da natureza, mas agora já não se vê nada disto. Será este o interior que queremos?", questionou.

## Velhos resistentes

Com a saída dos mais novos, as aldeias ficam entregues a uma população envelhecida. "Os idosos não querem sair das aldeias. Viveram sempre ali e não querem abandonar as suas casas. A sociedade deve ter consciência deste problema", alertou o investigador.

Fernanda Cravidão recorda que o envelhecimento da população e o despovoamento das regiões eram fenómenos previsíveis há décadas. "Os responsáveis políticos e os gestores do território nunca se preocuparam muito com o interior e, sobretudo, só muito tardiamente deram atenção aos estudos de investigação", realçou.

"Nunca tivemos um modelo de desenvolvimento que olhasse para o interior com a mesma acuidade com que olhava para o litoral. Manteve-se, durante décadas, o rural da subsistência, dos emigrantes que lá iam de férias, dos incêndios florestais e do erro quase histórico da desactivação das linhas de caminho-de-ferro. Construíram-se auto-estradas, mas as vias secundárias só muito tardiamente foram requalificadas", explicou.

Tudo isto contribuiu, no seu entender, para o definhar da população, cada vez mais envelhecida, doente, pobre e desinstruída. "Por outro lado, o despovoamento levou ao definhar do território, que foi sendo abandonado sem que se encontrassem para ele soluções". Neste capítulo, Fernanda Cravidão alerta para o facto de não se poder pensar em repovoamento. "Não temos gente e são territórios que têm de ser vividos de outra forma. Não podemos querer ter o mundo rural de há 40 anos, até porque ele já não tinha qualidade, caso contrário as pessoas não teriam partido".

A investigadora lamenta o facto de Portugal ter aproveitado mal parte significativa dos fundos comunitários destinados ao mundo rural. "A desertificação do interior é uma situação complexa, mas não sem soluções. Agora, não há um modelo. Temos de encontrar fórmulas que possam dar ao mundo rural uma vida que não tem. E isso pode ser feito quer através da florestação, novas

CISION

ID: 30579209

Jornal de Notícias

13-06-2010 | Domingo

Tiragem: 121713
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 3
Cores: Cor
Área: 10,99 x 29,47 cm²
Corte: 3 de 3





formas de agricultura e turismo, desenvolvimento de actividades que ali levem, periodicamente, gente. As soluções terão de ser encontradas em solidariedade territorial, em que os municípios trabalhem em cooperação", defendeu.

Por seu turno, Pedro Hespanha interroga-se por que motivo a União Europeia tem uma política de coesão territorial, graças à qual o nosso país, enquanto Estado periférico, tem recebido muitos fundos, e Portugal não segue política idêntica para as suas regiões. "São questões deste tipo que a sociedade portuguesa tem de reflectir e definir o que quer para as regiões do interior", sustentou.

O presidente da ANMP defende novas políticas de discriminação positiva que levem a população a fixarem-se nas terras do interior. Entre elas, sugere benefícios fiscais. "Há cerca de um ano, apresentámos ao Governo um Plano de Investimento Municipal, que resulte em mais emprego em todas as regiões. Até hoje, não obtivemos resposta".

António Covas, professor da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, que se tem dedicado ao estudo destas questões, entende que as melhores soluções são as negociadas que salvaguardem, no tempo, os interesses dos visados. "Essas negociações e compromissos envolvem mitigação, adaptação e compensação para os problemas criados, mas tudo isto pressupõe que as partes envolvidas tenham discernimento, clarividência e sensatez para transformar um problema numa oportunidade", esclareceu.

**Especificidade e autonomia locais**

Já Ricardo Magalhães, chefe de Projecto de Estrutura de Missão do Douro, considera necessário primar pela autonomia local, tendo em conta que nenhuma região é plana ou uniforme, razão pela qual os investimentos devem atender às especificidades locais. A haver concentração, diz que não deve acontecer nas sedes dos concelhos. "Isto permite ter uma visão mais ocupada do território. Por que motivo não se escolhem outros aglomerados que não as sedes para construir equipamentos como centros escolares?", indaga.

Ricardo Magalhães não tem dúvidas que as políticas de desenvolvimento regional seguidas não têm sido as mais eficazes. "Ficaram claramente aquém das expectativas criadas. Aliás, a paisagem fala por si", sublinhou. No seu entender, é importante que as políticas de desenvolvimento local sejam debatidas com as forças ali instaladas, "e não por correspondência".

Entre as novas políticas de coesão territorial, o responsável destaca a importância do turismo, que aposta no valor patrimonial, paisagístico e cultural das regiões. "Tem sido um dos activos no desenvolvimento da região do Douro. Em breve, um novo activo será desenvolvido: o azeite", revelou. Na busca de soluções, Fernanda Cravidão desaconselha dramas e reafirma que a solução passa por olhar para o interior de outra forma, tirando partido do que há. "Aquele discurso de povoar o interior, conceder subsídios para casais e coisas do género, é muito bem intencionado, mas não resulta. É um discurso perdido".

—

**FERNANDO BASTO**
fbasto@jn.pt